



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14356 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A CENSURA NA LITERATURA INFANTIL E SEUS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE: O QUE DIZEM PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Camila Petrovitch - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

Mônica Correia Baptista - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

A CENSURA NA LITERATURA INFANTIL E SEUS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE: O QUE DIZEM PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Resumo: A partir de dados obtidos pela pesquisa de mestrado, são apresentados depoimentos de professoras da educação infantil sobre censura a livros de literatura, buscando analisar constrangimentos e enfrentamentos que ocorrem no cotidiano pedagógico. Após breve contextualização da censura a livros infantis no Brasil e da apresentação das opções metodológicas adotadas na investigação, analisam-se respostas, obtidas por meio de entrevistas coletivas com grupos de profissionais da educação infantil. Os dados obtidos evidenciaram que a censura decorre do receio das professoras diante das repercussões exacerbadas que os casos midiáticos têm promovido, principalmente em relação às famílias. Independentemente da autoria da censura, a pretensa necessidade de proteção aos pequenos é o que move a intenção e a prática de cercear a chegada dos livros infantis ao seu destinatário.

Palavras-chave: Censura; Educação Infantil; Literatura Infantil.

A censura à literatura infantil no Brasil: primeiras considerações

Casos de censura a livros destinados a crianças têm sido relatados frequentemente pela mídia. Ainda que o alcance dos casos de controle tenha se ampliado na contemporaneidade essa não é uma prática recente. Como constata Báez (2004), atos de censura ocorrem desde que os

livros existem. Independentemente de quem exerce a censura, o que move esses atos é uma pretensa necessidade de proteção, combinada à tendência de controle das crianças e de suas infâncias. Para Macleod (1983), o Estado e demais instituições, baseando-se em uma concepção de que a criança é intelectualmente dependente, ao descobrir o alto potencial de influência sobre a sociedade que a literatura infantil possui, passaram a disputar seu controle.

No Brasil, a censura aos livros remonta aos primeiros anos pós-colonização. Carneiro (2002) menciona em seu trabalho um índice de livros proibidos publicado em 1559, revelando uma “tradicionalidade” censora brasileira, expressão cunhada por Stephanou (2001). Com a implantação da Imprensa Régia em 1808, a literatura infantil se expande no país, possibilitando as primeiras publicações de livros para crianças (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007). A partir da demanda de materiais escolares, "começaram a produzir livros infantis que tinham um endereço certo: o corpo discente das escolas igualmente reivindicadas como necessárias à consolidação do projeto de um Brasil moderno” (p. 27). A literatura infantil brasileira nasce comprometida com um viés escolarizado, cuja finalidade era formar o caráter. Nesse modelo escolar todas as manifestações artísticas destinadas às crianças deveriam pautar-se na formação ética, moral e dos chamados “bons costumes”.

Hoje, a literatura reafirma o compromisso com a constituição de um leitor literário crítico, “que saiba escolher suas leituras, que aprecie construções e significações verbais de cunho artístico, que faça disso parte de seus fazeres e prazeres.” (PAULINO, 2004, p. 56). Nessa perspectiva, uma educação literária é aquela que supera o teor instrucional e pedagógico que guiou os primeiros anos da produção literária destinada à infância. Ao ser concebida como arte, valorizam-se os aspectos estéticos do objeto livro, bem como a metáfora e o simbólico como elementos essenciais da boa literatura para crianças. Essa concepção do livro como arte requer que a formação inicial e continuada de professoras lhes assegure os conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis para a adequada seleção das obras e uma organização dos espaços e tempos de leitura que leve em conta as especificidades da primeira infância. Sobretudo, considerando o papel que a escola desempenha na formação do leitor literário, torna-se requisito essencial a capacidade de as docentes realizarem mediações qualificadas dos livros infantis junto às crianças.

No caso da educação infantil, o papel dos adultos na garantia do acesso das crianças às obras infantis é determinante. Tais escolhas podem apoiar-se em uma concepção que compreende a criança como um ser limitado, e justificar suas escolhas como medidas de proteção à

inocência infantil. Ressaltam-se, nessa perspectiva, aspectos como fragilidade, pureza e incapacidade (PERES, 1997), ao invés das potencialidades de compreensão, interpretação e construção de sentidos plurais das crianças, ancoradas nas suas vivências, interesses e desejos. Pelas mãos dos censores, temas são considerados tabus e palavras ou imagens são tidas como inadequadas para as crianças. No tópico seguinte, apresentaremos a relação que se dá entre a censura e as seleções de obras realizadas por professoras da educação infantil.

A censura e a prática docente

As instituições de educação infantil são espaços privilegiados para garantir o acesso das crianças menores de seis anos aos livros infantis (COLOMER, 2007). Sendo assim, as professoras são responsáveis por fortalecer o elo entre o objeto livro e o pequeno leitor. Nessa perspectiva, como são selecionadas as leituras a serem compartilhadas com as crianças? Que concepções sustentam suas escolhas? Há censura nos momentos de escolha e seleção de obras? Os casos de censura que surgem afetam os processos de escolha de obras nas instituições educativas?

Para compreender a relação entre atos de censura a livros infantis e as práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo. Buscou-se conhecer as concepções de professoras de creches e pré-escolas acerca do papel da literatura, da censura a livros de literatura infantil e compreender a relação entre os casos que ocorreram no Brasil e as práticas de seleção de leituras. Para tanto, foram aplicados formulários junto a quinze professoras e, em seguida, realizadas quatro entrevistas coletivas semi-estruturadas, uma com cada um dos quatro grupos nos quais as professoras foram distribuídas. Para a composição do grupo de professoras, observaram-se dois critérios: professoras que, com frequência e competência reconhecida pelos pares educacionais, desenvolvessem situações de aprendizagem com vistas à formação do leitor de literatura e, garantir um equilíbrio quantitativo entre docentes da rede particular e pública de educação.

O grupo de participantes constituiu-se na sua totalidade de mulheres, com idade predominantemente entre 40 e 50 anos, formadas em nível superior há mais de uma década, tendo todas elas realizado cursos de formação continuada. Em relação à experiência profissional, a maioria possuía mais de quinze anos de docência na educação infantil e trabalhava em dois turnos na escola. Realizou-se um encontro com cada grupo, cuja discussão foi organizada em quatro blocos principais. O primeiro bloco tratou da seleção dos livros. O segundo, questões relacionadas à censura. O terceiro, discutiu as temáticas consideradas nas escolhas. No quarto bloco, a leitura de dois livros de literatura infantil serviu de mote para as

discussões.

No próximo tópico, considerando o recorte deste trabalho, optamos por apresentar as respostas do terceiro bloco.

Temas lidos e temas evitados na seleção de leituras com as crianças

As entrevistas se estruturaram a partir de um roteiro prévio que tinha como objetivo conhecer quais os temas mais recorrentes nas leituras que as professoras faziam cotidianamente com as crianças. Entre os temas lidos em sala, existiria algum que as professoras consideraram inadequado de ser trabalhado? Por quê? Haveria algum livro que as professoras deixaram de ler ou que não leriam? Por quê?

Entre as respostas foram citados como temas mais lidos: animais (4), contos clássicos (4), histórias com abordagem étnico-racial (2), famílias (2), meio-ambiente (1), emoções (1), bruxas (1), poesias (1), parlendas (1) e temas delicados (1). Os temas mencionados a serem evitados foram: morte (4), questões religiosas (4), sexualidade (4), moralizantes (3), narrativas consideradas pobres quanto ao aspecto literário (1), lendas (1), suicídio (1), feminismo (1), clássicos (1), estereótipos de raça (1) e violência (1).

Na lista de temas mais lidos, uma professora mencionou o termo "temas delicados" e explicou: *"é um tema que traz uma emoção. Por exemplo, "Macaco Danado", meu aluno chora, com a perda da mãe. Então eu sinto que para ele, é um tema delicado, aquele momento de 'perdi a minha mãe'."* Outras professoras, sem mencionar o termo "temas delicados" enumeraram na lista de narrativas que são evitadas por elas e que se encaixam nessa classificação, os temas ligados à sexualidade, feminismo, violência e estereótipos de raça.

Definimos temas delicados como sendo aquelas narrativas textuais ou imagéticas que abordam situações subjetivas e complexas, perpassadas por aspectos que evidenciam possíveis vulnerabilidades dos leitores. São livros que abordam, por exemplo, morte; abuso; separação; guerra; perdas; emoções, tais como tristeza, inveja, ciúmes, saudades; relações de poder; as transformações e mudanças próprias da existência humana; os medos; as temáticas sobre sexualidade e gênero, entre outras temáticas muitas vezes consideradas tabus. Cabe destacar que tais temáticas se definem como delicadas a partir de um determinado contexto histórico e sociocultural.

Nos últimos anos, acompanhamos uma preocupação exacerbada em relação à leitura destes temas nas instituições educativas. Em um caso de censura registrado nas entrevistas, uma

professora relatou que, ao ser admitida em uma escola, recebeu da coordenação uma lista de livros com temas delicados que não deveriam ser lidos ou indicados para as crianças. Os livros incluídos na lista foram: “*Rosa*”, de Odilon Moraes, narra o distanciamento entre pai e filho. “*A raiva*”, de Blandina Franco e José Carlos Lollo, trata do poder destruidor que esse sentimento pode alcançar. “*Um dia, um rio*”, de André Neves, uma homenagem ao Rio Doce, destruído em 2015 por um crime ambiental. “*Raposa*”, de Margaret Wild, envolve sentimentos de inveja, traição e ciúmes. “*O pato, a morte e a tulipa*”, de Wolf Erlbruch, e “*O guarda chuva do vovô*”, de Carolina Moreyra, que versam sobre a relação com o luto.

Dentre as concepções de infância defendidas por diferentes grupos, ainda desponta a ideia da infância como um período de plena felicidade, que por tanto, deve ser protegida das tristezas e angústias presentes na sociedade. No entanto, como Anna Macleod (1983) aponta, não é coerente proteger as crianças da literatura se a própria vida não pode ser protegida de respectivos males.

As falas das professoras revelaram que o receio de compartilhar com as crianças a leitura de determinados temas se dá pelo medo da reação das famílias. Durante a entrevista, uma professora comentou:

"É difícil lidar com as famílias, pelo menos na escola. Mas eu deixo de ler livros que podem trazer alguma coisa que entre em conflito realmente com a religiosidade. Livros que falam sobre a origem, eles são difíceis em algumas coisas, porque para algumas famílias, é "o Criador" e... aí você não pode esbarrar na ciência de jeito nenhum, porque... imagina, enfim."

A partir das respostas das professoras e dos temas citados como evitados, compreende-se que as professoras exercem a censura, muitas vezes, para não gerar conflitos e desconfortos com as famílias, ainda que tenham que evitar obras consideradas, pela crítica e até mesmo por elas próprias, como sendo de qualidade literária. Evitam a leitura ainda que as mesmas se mostrem importantes para a formação das subjetividades e para a ampliação das experiências estéticas das crianças.

Diante dos comentários e falas preocupadas com a leitura de determinadas obras para as crianças, outra professora argumenta:

"Quando aparecem livros, por exemplo, que tratam da questão da religiosidade, dos oxuns, né... você sabe que isso vai ser mais polêmico, mas eu acho que a gente não pode falar: 'esse livro aqui não'. Eu tenho é que ter mais segurança"

ainda para saber conversar né? Porque livro é isso, gente, é diversidade, reflexão. Menos censura e mais reflexão".

Nas falas das entrevistadas, observamos que a preocupação das professoras diante de determinada temática não se relaciona à qualidade da obra, à interpretação, ao envolvimento das crianças com a narrativa nem tampouco com sua capacidade de produzir sentidos, mas sim a uma provável polêmica que poderia ser gerada com as famílias e com a escola.

Interessante perceber que o respeito às crenças e valores das famílias que impõem restrições a certas narrativas e temáticas se voltam, majoritariamente, para obras nas quais observa-se a presença de enredos e de personagens que representam grupos subalternizados, tais como a cultura afro-brasileira e as relações homoafetivas.

"Menos censura e mais reflexão": algumas considerações

Tendo em vista o percurso da censura à literatura infantil no Brasil, observamos que para alguns segmentos da sociedade não se trata apenas de permitir, de indicar ou não a leitura de algum livro, mas de exigir sua retirada de circulação ou de impedir o acesso dos leitores em determinado contexto. Em relação às crianças, principalmente as de zero a seis anos, o adulto determina o que lhes deve ser ou não permitido acessar, com base nas suas concepções de infância, de literatura e de educação.

Nos depoimentos, tornou-se evidente que o conhecimento das professoras sobre literatura e o domínio critérios de qualidade de obras é fundamental para uma prática autônoma, que contribua para a garantia do direito das crianças pequenas à literatura. No entanto, mesmo tendo uma boa formação e ainda que contando com vasta experiência, muitas vezes as entrevistadas agiram no sentido de restringir a leitura de determinado livro, ou porque foram orientadas a fazê-lo ou por antecipar problemas que viveriam com as famílias.

O debate sobre a seleção de livros para crianças é bastante complexo, sobretudo considerando o fato de a infância requerer, dos adultos, seu papel de proteção. É nesse limite tênue entre a obrigação de zelar pela segurança da criança e, ao mesmo tempo, a confiança na sua capacidade inventiva, na sua potência criadora, na sua inteligência, que a seleção de livros deve incidir. Ainda que complexo, o debate não deve eximir-se da necessária garantia de as crianças verem expandidas suas experiências no mundo. Para tanto, é importante afirmar o compromisso com uma educação para a liberdade, que se predispõe a correr riscos necessários para fomentar mentes criadoras, capazes de questionar e buscar novos

conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BAEZ, F. **História universal da destruição dos livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque.** São Paulo. Ediouro, 2004.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas.** São Paulo: Ateliê Editoria, 2002.

COLOMER, T. **Andar entre livros: a leitura literária na escola.** São Paulo: Global, 2007.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R.. **Literatura infantil brasileira: história e histórias.** São Paulo: Editora Ática, 2007.

MACLEOD, A. S. Censorship and Children's Literature. In: **The library quarterly.** Vol. 53, 1983.

PAULINO, G. Formação de leitores: a questão dos cânones literários. In: **Revista portuguesa de educação.** Vol. 14. N 1. Braga, Portugal. 2004.

PERES, A. M. C. Desejando o livro: a essência da literatura infantil. In: PAULINO, G. (Org.) **O jogo do livro infantil.** Belo Horizonte: Dimensão, 1997.

STEPHANOU, A. A. **Censura no regime militar e militarização das artes.** Coleção História – 44. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.